RELATÓRIO TÉCNICO

58ª RODADA DO PENSAR A BAHIA – ETIC

Tema: Educação e Respeito à Diversidade na Era Digital: Desafios e Possibilidades

Convidado: Dra. Salete Maria da Silva

Data de realização: 12/08/2025

Síntese curricular do convidado

A Dra. Salete Maria da Silva é advogada, pesquisadora, professora e cordelista, com ampla trajetória no campo dos direitos humanos, da diversidade e das políticas públicas. Possui mestrado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pós-doutorado em Direito, com enfoque em gênero, pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).Atualmente atua como docente na Escola de Administração da UFBA e foi professora durante dez anos no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma instituição. Integra o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e o Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. É líder do JusFeminina, grupo de pesquisa e extensão em gênero, direito e políticas para igualdade. Destaca-se também como cordelista reconhecida, com mais de 30 anos de produção cultural, integrando literatura, cultura popular e direitos sociais. Sua trajetória combina atuação acadêmica, prática jurídica, engajamento em movimentos sociais e forte produção cultural, o que lhe confere autoridade para tratar do tema da educação e diversidade na era digital.

Contextualização do Tema

A palestra abordou o tema “Educação e respeito à diversidade na era digital: desafios e possibilidades”, em diálogo com a proposta do eixo ETIC (Educação, Tecnologia, Informação e Comunicação).

O contexto apresentado parte do cenário contemporâneo de polarização, intolerância e a persistência das desigualdades estruturais no país, que se intensificam com a presença das redes sociais. A professora lembrou que a data da discussão foi particularmente simbólica, realizada em 12 de agosto de 2025, dia Nacional dos Direitos Humanos, em memória de Margarida Maria Alves, liderança sindical assassinada em 1983.

A professora expõe que educar para a diversidade não se restringe à escola, mas é um processo amplo que envolve família, comunidade, redes sociais e ambiente de trabalho. Segundo Dra. Salete, hoje os influenciadores, em regra, têm mais impacto sobre a juventude do que os professores. Por isso se faz necessários pensar criticamente quais valores estão sendo transmitidos e de que forma podemos promover uma educação que integre o conhecimento a valores éticos e de respeito aos direitos humanos.

Dra. Salete expõe que educar implica enfrentar desigualdades históricas, não apenas reconhecer diferenças. Na era digital, esse desafio se amplia diante da onipresença das redes sociais e das novas tecnologias, que tanto podem reforçar preconceitos e violências simbólicas quanto servir de ferramentas estratégicas de democratização do conhecimento e valorização da pluralidade.

Compreensão do Problema

Segundo a professora, o problema central é a dissociação entre discurso e prática no que se refere à diversidade. Embora o Brasil seja reconhecido por sua diversidade cultural, étnica e social, os dados revelam altos índices de intolerância, discriminação e violência contra mulheres, negros, populações LGBTQIA+, povos indígenas e outros grupos vulnerabilizados. Existe uma dificuldade e desafios para lhe dar com a intolerância crescente no cenário atual.

Muitas instituições, incluindo empresas e o próprio Estado, adotam um discurso de diversidade de forma “tokenista”, ou seja, as minorias são incluídas de forma simbólica sem o efetivo acesso ao poder, criando a ilusão de diversidade e inclusão sem, contudo, oferecer verdadeiramente igualdade de oportunidades ou mudanças, ou seja, sem alterar as estruturas de poder decisório e de redistribuição de recursos.

A professora declara que algumas instituições utilizam a imagem de pessoas de grupos minoritários para projetar uma imagem de inclusão. Complementarmente, ela cita a obra que trata de justiça social, de Nancy Fraser, para dizer que qualquer política, para ser efetivamente inclusiva, precisa levar em consideração no mínimo, 3 características: representação, reconhecimento e redistribuição.

Dra. Salete ratifica que não se trata de ausência de leis. O Brasil dispõe de um arcabouço jurídico robusto em favor da diversidade e da inclusão, mas falta compromisso ético e político para transformar esses dispositivos normativos em ações concretas. O país avançou em políticas de representação e reconhecimento, mas é pouco atuante nas políticas de redistribuição. Isso pode significar o deslocamento de privilégios.

Ações e Proposições

A Dra. Salete Maria apresentou um conjunto de proposições que envolvem políticas públicas, práticas institucionais e mudanças culturais:

- Educação como processo amplo: não restrito à escola, mas também às famílias, comunidades, redes sociais e ambientes de lazer e trabalho. Articulação entre conhecimentos e valores democráticos e de direitos humanos.
- Representatividade efetiva: inclusão de sujeitos historicamente discriminados em espaços de decisão, não apenas como presença simbólica.
- Uso estratégico da tecnologia digital: empregar as redes sociais e plataformas digitais para democratizar os conteúdos educativos
- Articulação teoria–prática: aproximar o discurso institucional de diversidade das práticas cotidianas, reduzindo a distância entre declarações formais e realidades vividas.
- Enfrentamento das desigualdades estruturais: compreender que não é possível educar para diversidade sem políticas que combatam pobreza, exclusão, racismo estrutural e desigualdade de gênero.
- Fortalecimento das políticas públicas inclusivas: manutenção e ampliação de cotas e programas de reparação histórica
- Compromisso ético no uso das redes: evitar a seletividade e combater todas as formas de violência, construindo uma prática comunicativa baseada em responsabilidade, ética e universalidade dos direitos.

- Promoção de debates críticos e dialógicos: criação de espaços dialógicos que incluam diferentes vozes, inclusive as divergentes, aceitando as tensões como parte do processo democrático.